

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 38 | Nº 04 | ABRIL 2018 | R\$ 15,00

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POPULAÇÃO OCUPADA NO AGRONEGÓCIO



FGV EESP
ESCOLA DE
ECONOMIA DE
SÃO PAULO



SOJA MOMENTO FAVORÁVEL PARA A VENDA
ETANOL DE MILHO HÁ FUTURO NO BRASIL
EMBRAPA 45 ANOS DE INOVAÇÃO NO CAMPO



SEMINÁRIO “DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO AGRONEGÓCIO”

DIREITO E ECONOMIA

Da Redação

A baixa inflação, com crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) e queda na taxa Selic, torna o cenário da economia brasileira estimulante para setores produtivos, como o agronegócio. Realizado pela B3 e a VBSO Advogados, o Seminário

organizou painéis para debater esse instigante ambiente, tendo em vista o quadro de reformas e mudanças para o País ganhar produtividade e competitividade. Um breve resumo do encontro será apresentado a seguir.

PAINEL 1: CENÁRIOS POLÍTICO E ECONÔMICO PARA O AGRONEGÓCIO

Todas as regiões relevantes do mundo mostram crescimento econômico, mas as medidas adotadas pelo presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, podem embaraçar esta conjuntura. As políticas de tributar setores como os de aço e de alumínio, além das ações contra a China, podem detonar uma onda protecionista mais generalizada. A economia americana está em quase pleno emprego, com taxa de juros ascendente e valorização do dólar. O déficit no seu orçamento fiscal é crescente. Isso pode trazer volatilidade para os negócios. Esta avaliação é

feita pelo economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados.

Essa perspectiva externa significa que o cenário atual pode estar com os dias contados. No Brasil, o PIB cresce puxado pela indústria de transformação, com a construção civil e os bens de capital e de consumo. Teremos novamente uma colheita farta de grãos na safra 2017/18. Vamos para o terceiro ano com taxa de inflação em baixa. As reservas em divisas chegam a US\$ 314 bilhões. O risco Brasil está em queda do ponto de vista

da sua capacidade de pagar as dívidas. “Podemos desenhar um futuro com ganhos de produtividade advindos da digitalização e políticos para fazer as reformas e os ajustes fiscais de que o País precisa”, completa José Roberto.

Para Christian Lohbauer, cientista político, o modelo de desenvolvimento econômico baseado em privilégios e favores não faz mais sentido no mundo contemporâneo. O processo de abertura na era Collor, há quase vinte anos, estava na direção

correta, mas foi aplicado com erro. Teremos eleições gerais para presidente, governadores e parlamentares no Congresso. Há muita fragmentação entre os candidatos. Corremos o risco de ficar uma sociedade mais pobre quando ficarmos velhos. Existem mudanças vitais para serem inseridas na Constituição. No agronegócio, grandes corporações poderiam gerar mais empregos e negócios, como no caso dos defensivos agrícolas, mas a burocracia governamental atrapalha.

PAINEL 2: CONTROVÉRSIAS TRIBUTÁRIAS NA PRODUÇÃO, NA COMERCIALIZAÇÃO E NO FINANCIAMENTO

De acordo com Paulo Vaz, sócio da VBSO Advogados, as imunidades tributárias explicam o fato de o agronegócio não possuir participação similar na arrecadação quando comparado com a sua contribuição para o PIB nacional. Os critérios tributários, por exemplo, não estimulam as pessoas físicas, em relação às jurídicas, a se beneficiarem do mercado de capitais. Temos uma legislação extensa, complexa e anacrônica. Mario Shingaki, também da VBSO Advogados, chama a atenção para os conflitos de interpretação das disputas bilionárias pendentes e as autuações recórcordes de R\$ 600 milhões em 2017.

Guilherme Hirata, da Suzano Papel e Celulose, aponta que o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) representa alternativas melhores de estrutura financeira, com a realização de cinco operações. Coloca como ponto-chave a questão do lastro das operações. A isenção de tributação para o CRA cambial é bem-vinda porque deve atrair capitais externos. Diego Miguita, da VBSO Advogados, ratifica que a isenção da tributação no CRA cambial aumentará o fluxo de capital externo para o País. Os benefícios fiscais altos concedidos para pessoas físicas mantêm arraigados os meios empresariais rudimentares e desestimulam o emprego de novas tecnologias.

PAINEL 3: FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO E MERCADO DE CAPITAIS

Conforme Erik Oioli, da VBSO Advogados, houve uma queda nos recursos tradicionais do crédito rural nos últimos três anos, agravada pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos Públicos. Usamos isso como modelo para fazer o CRA no setor imobiliário. Como possui outra realidade, no agro não há como fazer auditoria em pessoa física, assim como os pagamentos de custeio são em prazos mais curtos. Bruno Lima, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), discorreu sobre a audiência pública aberta para discutir a minuta de instrução proposta pela CVM para regular a oferta do CRA.

Esse mercado amadureceu e exige normas sobre lastro, revolvência e fluxo de pagamento dos direitos creditórios, requisitos mínimos de assembleia geral, dentre outros.

Para Carlos Aguiar, do Banco Santander, a grande maioria das operações realizadas com empresas na pessoa jurídica é bem atendida, enquanto aquelas feitas com produtores rurais são o contrário. Temos de olhar a cadeia produtiva desde os fornecedores de insumos até o envolvimento dos produtores, das agroindústrias, dos atacadistas e dos varejistas. Podemos antecipar recursos para os

distribuidores financiem as vendas de insumos aos agricultores e para as usinas pagarem os seus fornecedores de cana-de-açúcar. Carlos Ratto, da B3, dirige o foco sobre o impacto de a menor taxa de juros sobre as mudanças ocorrer nas áreas produtivas e financeiras. O mercado de

capitais será um grande supridor de recursos para o agronegócio. O potencial existente é enorme: o volume de Certificados de Recebíveis Imobiliário (CRIs) é mais de três vezes superior ao CRA, enquanto o segundo possui uma participação no PIB três vezes maior.

PAINEL 4: RENOVABIO E PERSPECTIVAS PARA O MERCADO SUCROENERGÉTICO

Segundo Guilherme Chacon, da Atvos, o cumprimento das metas do Acordo de Paris terá como fundo o RenovaBio, que permitirá previsibilidade para o investidor. A partir de 2020, teremos metas decenais com revisões anuais. Cada produtor de biocombustível, em função de sua certificação e sua nota, poderá gerar o crédito de descarbonização (CBio), uma espécie de moeda no mercado. Renato Buranello, da VBSO Advogados, explicou que o CBio constitui um ativo financeiro

escritural, negociado em mercados organizados para dar transparência à formação de preços. Isso desestimula a sua comercialização sem nota fiscal. Cada unidade de CBio corresponde a 1 tonelada de CO₂.

Tiago Medeiros, da Czarnikow, mostrou o comportamento do mercado sucroalcooleiro do Brasil. A partir de 2012, a produção de açúcar estabilizou-se em torno de 36 milhões de toneladas. Tivemos, a



seguir, dois anos de déficit e dois de excedentes. O déficit no etanol possibilitou uma cana remuneradora. Os endividamentos das usinas ficaram altos. Há pouca sustentação para criar cenários de estabilidade a médio prazo. Para Tarcilo Rodrigues, da Bioagência, existem desafios pela frente, como

nossa definição das metas de CBio. Estamos no intervalo de flexibilidade, com a substituição da fabricação do açúcar pelo etanol. O CBio, emitido pela usina, nasce no produtor e morre no distribuidor.

PAINEL 5: CRÉDITO NO AGRONEGÓCIO E SISTEMAS INTEGRADOS DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCO

Segundo Fernando Pimentel, da Agrosecurity e da VBSO Advogados, na visão tradicional, os bancos são os grandes financiadores da agricultura. Isso mudou bastante nos dias atuais. Empresas de insumos, cooperativas e *traders* passaram a participar desse mercado. Chegamos ao ponto da necessidade de montagem de uma governança nessa área. Nisso, falta um elemento fundamental: o seguro rural. Já David Telio, diretor da Nufarm, pondera sobre a minimização dos riscos por meio da gestão: o uso do seguro e a adversidade climática, o monitoramento de doenças, a volatilidade dos preços e o derivativo, o baixo preço e o *hedge*, e outros. Enfim, a era da gestão.

Ricardo Barros, do Banco Votorantim, olha o agro como uma célula com as suas interações internas e externas, num ambiente dinâmico, com mudanças constantes. A cada safra, defrontamo-nos com uma realidade diferente, e não adianta nos acomodarmos. A tecnologia desloca a curva de produção da área plantada, com o efeito dos ganhos de produtividade. Sergio Pigozzo, da Bunge, discorre sobre as dificuldades diárias: as áreas de fronteiras e os problemas com a extração de certificados para registrar nos cartórios as garantias em penhores e hipotecas. Muitos grupos familiares cresceram de forma rápida, mas precisam modernizar os instrumentos de gestão, a começar pela auditoria dos balanços e pelo plano de sucessão.

PALESTRA FINAL: AGRO - VISÃO GLOBAL

Jacyr Costa Filho, do Grupo Tereos, fez uma apresentação específica sobre a corporação na área sucoenergética e compartilhou uma visão geral do agronegócio brasileiro, em termos de evolução da produção e da balança comercial. Na parte tecnológica, os destaques vão para a agricultura de precisão, o mapeamento das áreas com *smartphones* e *drones*, junto com tratores, colhedoras e caminhões orientados por GPS e piloto automático. O processo de disseminação da digitalização corre de vento em popa.

A ênfase na continuidade das reformas deve ser mantida. A reforma trabalhista foi importante para estabelecer relações mais maduras entre empregados e empregadores. Isso abre oportunidades para negociações mais flexíveis em vez da imposição de leis – maior rigor na justiça do trabalho, acordos individuais como parcelamento

de férias e flexibilização da jornada de trabalho, dentre outras.

A constitucionalidade do Código Florestal (Lei nº 12.651/12) revela o reconhecimento da importância da função a ser desempenhada pela atividade agropecuária no crescimento econômico da Nação. No atual cenário de crise econômica, o investimento estrangeiro ajuda a reerguer a economia. O Projeto de Lei nº 4.059/12, que tramita desde 2012 na Câmara dos Deputados, estabelece novos critérios de aquisição de áreas rurais e suas utilizações por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. Os limites territoriais ainda estão em discussão. A reforma tributária trará mais competitividade para as empresas nacionais, enquanto a reforma previdenciária é a solução para o equilíbrio das contas nacionais. ■